

CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS E TICS: O CASO DO BLOG “BLOGUEIRAS NEGRAS”



IV SICCAL

[GT 2 - COMUNICAÇÃO, CULTURA E DIVERSIDADE]

Thais Pereira da Silva
Universidade de São Paulo (USP)

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

O presente artigo tem o objetivo de refletir sobre a apropriação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) pelas mulheres negras brasileiras, para a construção coletiva da identidade do grupo. O método de pesquisa utilizado no trabalho é análise de conteúdo. Dessa forma, o corpus de análise é composto pelos textos do blog colaborativo “Blogueiras Negras”, entre março de 2013 a dezembro de 2014.

Palavras-chave: Tecnologias de Informação e Comunicação. Mulheres negras. Redes sociais digitais.

This article aims to reflect on the appropriation of Information and Communication Technologies (ICTs) by Brazilian black women, for the collective construction of the identity of the group. The research method used in the work is content analysis. Thus, the corpus of analysis is composed by the texts of the collaborative blog “Blogueiras Negras”, between March 2013 and December 2014.

Keywords: Information and Communication Technologies. Black women. Digital social networks.

El presente artículo tiene el objetivo de reflexionar sobre la apropiación de las Tecnologías de Información y Comunicación (TIC) por las mujeres negras brasileñas, para la construcción colectiva de la identidad del grupo. El método de búsqueda utilizado en el trabajo es el análisis de contenido. De esta forma, el corpus de análisis está compuesto por los textos del blog colaborativo “Blogueiras Negras”, entre marzo de 2013 a diciembre de 2014.

Palabras clave: Tecnologías de Información y Comunicación. Mujeres negras. Redes sociales digitales.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo investigar a apropriação das TICS pelas mulheres negras, para a construção da identidade coletiva do grupo.

O silenciamento proporcionado pelas máscaras de flandres¹ durante o período escravocrata brasileiro ainda ecoam entre as mulheres negras, assim como as suas táticas de resistência, que fizeram com que as culturas, as religiões, os resquícios das línguas dos vários povos africanos trazidos ao país sobrevivessem à colonização.

Por um lado, as táticas de resistências eram intrínsecas à tradição oral desses povos, que mantiveram assim vivas as histórias e as culturas, como as narrativas sobre as negras e os negros que lutaram contra a escravidão. Por outro, a perspicácia em dialogar com a cultura hegemônica. Pode-se, por exemplo, citar as irmandades católicas, que eram espaços também para o cultivo dos orixás (ou seja, das religiões de matriz africana), surge aí a ideia do sincretismo religioso brasileiro. Ou até mesmo, a apropriação da língua portuguesa pelas (os) negras (os) africanas (os).

Dessa forma, os traços da história e da cultura africana resistiram até os dias de hoje e estão infiltradas² na sociedade

brasileira. Aliás, a população negra tem contribuído para a produção do conhecimento – com acadêmicas(os), escritoras(es), entre outras(os) – no país. Contudo, a produção cultural e intelectual produzida pelas negras e pelos negros ainda é desqualificada.

Além disso, as histórias dos povos africanos e afro-brasileiros são narradas a partir da perspectiva do colonizador, assim como o conhecimento produzido sobre a população negra. Esse conhecimento “científico” – teorias biológicas raciais do século XIX – contribuiu para a construção de narrativas sobre as negras e os negros, como a emoção exacerbada, a incapacidade intelectual, a hipersexualização, entre outros. Sendo assim, faz-se necessário para a resistência e a emancipação das mulheres negras, a disputa das narrativas.

As mulheres negras têm se apropriado das novas tecnologias como estratégias para disputar as narrativas contra o racismo, o sexismo e a exploração de classe no campo cultural³ e, assim construindo a identidade coletiva e plural do grupo.

também abundantemente, óbvias: elas denunciam a natureza subterrânea e a condição marginal, fora da lei, do que infiltra”.

3 “O conceito de ‘campo cultural’ torna visível as disputas e os conflitos que constituem um dos princípios fundamentais da produção cultural. Ainda que Bourdieu admita a existência dos subcampos, raramente utiliza o termo, preferindo a expressão ‘campo’ para se referir, a rigor, àquilo que seriam subcampos do campo cultural, como o literário, o da moda, o do jornalismo, o da pintura, o científico, o religioso e outros. Como se disse, cada (sub) campo é composto por agentes e instituições sociais específicos” (PASSIANI; ARRUDA, 2017, p. 71). Dessa forma, utiliza-se, nessa pesquisa, o campo cultural como campo e os campos científicos e jornalísticos, entre outros, como (sub) campos.

1 Máscara de flandres era uma máscara produzida com folhas de flandres, que foi utilizada durante o período de escravidão brasileira, para impedir (ou punir) as pessoas escravizadas de comer e beber.

2 Abdias Nascimento (2016, p. 129) sobre a “infiltração” da cultura africana na sociedade brasileira “(...) as implicações do conceito de infiltração emergem,

Nesse contexto, em 2013, as feministas interseccionais Charô Nunes, Larissa Santiago e Maria Rita Casagrande criaram o site colaborativo Blogueiras Negras, (BN) para reunir e dar visibilidade ao conteúdo produzidos pelas mulheres negras.

Metodologia

A pesquisa tem natureza exploratória. Segundo Gil (2008), o objetivo das pesquisas exploratórias é ter uma visão geral sobre determinado fato. Nas palavras do autor (2008, p. 27), “(...) tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias”.

Com o objetivo de investigar a construção coletiva da identidade das mulheres negras em blogs da internet, optou-se por aplicar a análise de conteúdo sobre os textos do blog colaborativo “Blogueiras Negras, método que tem sido aplicado em pesquisas nas Ciências da Informação e da Comunicação. (VALENTIM, 2005; IKEDA, CHANG, 2006). Embasada em Berelson, Bardin (2016, p. 42) define a análise do conteúdo “uma técnica de investigação que através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações”.

Ikeda e Chang (2006) explicam que as técnicas da análise de conteúdo permitem que o pesquisador compreenda além dos significados explícitos em uma comunicação. Nas palavras da Bardin (2016, p. 15) “cauciona o investigador por esta atração

pelo escondido, o latente, o não aparente, o potencial inédito (do não dito), retido por qualquer mensagem”.

Dessa forma, pode-se analisar todas as referências relacionadas à construção das identidades das mulheres negras. Não apenas aos textos que trazem a discussão abertamente.

Bardin (*ibid.*) aponta para três diferentes fases da análise: a pré-análise; a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

De acordo com Bardin (*ibid.*), a pré-análise é dividida em três etapas. A primeira é a escolha dos documentos para análise, que consiste no primeiro contato com os documentos, para assim selecionar o corpus da pesquisa, ou seja, escolher o universo dos textos para a análise. A segunda é composta pela formulação das hipóteses (afirmação provisória) e dos objetivos (finalidade geral). Entretanto, nem sempre é preciso estabelecer as hipóteses na pré-análise ou mesmo para proceder a investigação. Nas palavras da autora (*ibid.*, p. 128), “Algumas análises efetuam-se ‘às cegas’ e sem ideias preconcebidas”. Dessa forma, prefere-se não estabelecer hipóteses. Por fim, a última etapa incide na elaboração de indicadores para a interpretação final. “Os índices são elementos do texto a serem analisados, por exemplo, a menção explícita de um tema numa mensagem. O indicador pode ser definido, como o número de vezes que o tema é repetido, ou seja, a frequência com que o índice aparece no texto” (IKEDA, CHANG, 2006, p. 7).

Na fase de exploração do material, utiliza-se o software para análise qualitativa MAXQDA, além de procedimentos

de análise manual. “Esta fase, longa e fastidiosa, consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração” (*ibid.*, p. 131).

Para o tratamento dos resultados obtidos e interpretação, segundo Bardin (2016), é preciso tratar o resultado bruto para que este seja válido e significativo. “Operações estatísticas simples, ou as mais complexas, permitem estabelecer quadros de resultados, diagramas (...)” (*ibid.*). Ikeda e Chang (2006) afirmam que entre as operações estatísticas mais simples é possível utilizar a frequência. Com os resultados em mãos, o pesquisador pode fazer as suas interpretações, a partir dos objetivos propostos.

TICS e as comunidades digitais

Além das questões econômicas, a globalização interfere nas dimensões políticas, culturais e sociais dos países. “É o processo pelo qual determinada condição ou entidade local estende a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social ou entidade rival” (SANTOS, 1997, p. 14).

Nesse sentido, as novas tecnologias – TICS – têm papel central na fase atual da globalização, interligando as economias dos países ricos e pobres e intercedendo nas culturas locais. Sendo assim, o processo tem contribuído para aprofundar e criar novas desigualdades e diferenças entre as nações (SANTOS, 2007; CANCLINI, 2015).

Contudo, é importante assinalar que a globalização tecnológica também se apresenta como uma esperança de “revanche sociocultural” das nações pobres e das culturas locais, como afirma Milton Santos (2007). O autor analisa a globalização em três aspectos, como fábula (máquina ideológica), perversidade (o mundo como é) e possibilidade (uma outra globalização). Ou como observa Martin-Barbero:

De um lado, a globalização fabula o processo avassalador do mercado, um processo que uniformiza o planeta e aprofunda as diferenças locais (...) Daí a perversidade sistêmica que implica e gera e aumento da pobreza e da desigualdade, do desemprego tornado já crônico, de enfermidades, que, como a Aids (...) Mas a globalização também representa um conjunto extraordinário de possibilidades (...) destacando-se dois deles: um, a enorme e densa mistura de povos, raças, culturas e gostos que acontece hoje (...) o outro, as novas tecnologias que vêm sendo progressivamente apropriadas por grupos dos setores subalternos, permitindo-lhes uma verdadeira revanche sociocultural (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 18).

Sendo assim, a globalização apresenta possibilidades tanto para a manutenção e reprodução de um sistema econômico, o neoliberal, quanto para que os grupos subalternos construam alternativas para a sua resistência e emancipação.

Almeida (2014) afirma que, no contexto do processo de globalização, as TICS interferem na cultura contemporânea, no que diz respeito “às transformações da vida cotidiana e às novas formas de construção da subjetividade” (ALMEIDA, 2014, p. 193), já que

foram as novas tecnologias que interligaram sociedades com diferentes modos de vida, impactando os modos de vida dos indivíduos e "trazendo choques entre as culturas locais e os fluxos culturais globalizados" (*ibid*). O autor argumenta que o Hall aponta para o papel estratégico das TICS, assim como dos meios de comunicação tradicional, na disseminação de informação e conteúdo simbólico.

A produção simbólica na assim chamada "sociedade da informação" cresce exponencialmente, por parte dos grandes conglomerados de mídia, mas, graças às TICS, também por parte de governos em seus diversos níveis, grupos, coletivos artísticos, indivíduos, comunidades, associações, etc. Nesse processo são geradas novas formas de solidariedade, de identidade, de ação social, assim como novas fontes de recursos econômicos (*ibid*, p. 194).

Martel (2015) argumenta que a globalização virtual é mais local do que global, o que favorece a criação blogs, websites, grupos nas redes sociais digitais segmentados. "A web é hoje muito local (...) Muitas vezes está ligada a uma 'comunidade', e sabemos que na língua americana essa expressão, *community*, remete ao mesmo tempo a um grupo étnico, a uma minoria sexual, uma religião ou até o bairro e à cidade onde se mora" (MARTEL, 2015, p. 416 e 417). Desse modo, a internet configura-se como um espaço para a mobilização e organização de indivíduos, a partir de uma identidade ou uma causa, por exemplo. As criadoras das Blogueiras Negras se conheceram em um fórum de discussão sobre feminismo, o Blogueiras Feministas.

Carneiro (2003) aponta que a nova ordem mundial, o mundo globalizado, exige novas formas de atuação para as mulheres

negras contra ao racismo, ao sexismo e à exploração de classe. Nas palavras da Ribeiro (2017, p. 86), "Com todos os limites, o espaço virtual tem sido um espaço de disputas de narrativas, pessoas de grupos historicamente discriminados encontraram aí um lugar de existir. Seja na criação de páginas, sites, canais de vídeos, blogs".

As mulheres negras têm-se tornado produtoras culturais, podendo assim disputar com o poder dominante (nesse caso, as mídias hegemônicas) as narrativas sobre o grupo. Desse modo, Passani e Arruda (2017) afirmam que os agentes formam grupos e elegem adversários, a fim de conquistar a hegemonia do campo cultural. "Entronizar-se como grupo ou agente hegemônico significa aderir ou exercer o poder de nomeação, de classificação, atribuindo e distribuindo títulos, rótulos oficiais (...), consagrando certos intelectuais e obras em detrimento de outros" (PASSANI; ARRUDA, 2017, p. 72). Entre os bens simbólicos em jogo estão o reconhecimento e a autoridade em determinada área desse campo.

A era da internet. Quando a gente chega nesses espaços, percebe que pode ser produtor (de conteúdo). A gente, é claro, não tem internet de qualidade, os melhores computadores, os melhores celulares, mas a gente, de certa forma, vai ter acesso a essas ferramentas e vai conseguir nesses espaços - usando inclusive as ferramentas de poder simbólico da classe dominante - subverter o discurso e criar resistência (SANTIAGO⁴, 2017, em entrevista concedida à Thais Pereira da Silva).

4 Larissa Santiago é uma das criadoras e coordenadora do site Blogueiras Negras.

Identidade das mulheres negras

"Ninguém nasce mulher, torna-se mulher", (BEAUVOIR, 2016, p.11). Da mesma forma, apesar do fenótipo ou do genótipo, compreende-se que não se nasce mulher negra, torna-se uma. O caminho é árduo, isso porque, como afirma Gomes (2005), "construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, ensina aos negros, desde cedo, que para ser aceito é preciso negar a si mesmo é um desafio" (GOMES, 2005, p. 43).

É preciso compreender que raça e gênero são construções sociais, que legitimam – justificam – as desigualdades sociais e econômicas de determinados grupos, a partir de distinções biológicas (HALL, 2003; GONZALEZ, 1988).

É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo. (...) Essa referência discursiva à natureza é algo que o racismo contra o negro compartilha com o anti-semitismo e com o sexismo (em que também a 'biologia é o destino) (HALL, 2003, p. 69).

Nessa direção, Beauvoir (2016, p. 11) afirma que nenhum destino biológico define o ser mulher em uma sociedade. Além disso, filósofa francesa analisa a constituição da mulher como o Outro do homem. "É o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam o feminino. Somente a medição de outrem pode constituir um indivíduo como o Outro". Já autores, como Fanon (2008) e Hall (2016), refletem sobre o negro como o Outro do homem branco. Dito isso, pergunta-se:

e a mulher negra? Embasada em Grada Kilomba, Ribeiro (2017) aponta que a mulher negra é sempre o Outro do Outro.

As negras foram assim postas em vários discursos que deturpam nossa realidade: um debate sobre o racismo onde o sujeito é o homem negro; um discurso sobre gênero onde o sujeito é a mulher branca; e um discurso sobre a classe onde a raça não tem lugar (...) Tais narrativas separatistas mantêm a invisibilidade das mulheres negras nos debates acadêmicos e políticos (KILOMBA, 2012, p. 56 apud RIBEIRO, 2017, p. 38)

Globalização e o impacto na identidade cultural

Como a globalização interfere na identidade cultural nas sociedades e modernidade⁵ tardia? Hall (1997) aponta que as identidades são formadas culturalmente. A intensificação das migrações e as novas tecnologias de informação e comunicação, que facilitaram a troca de informação e conhecimento entre indivíduos de todo o globo terrestre, permitiram o contato entre diferentes culturas, influenciando e transformando as culturas e as identidades locais.

Caracterizadas pela diferença, Hall (2011, p. 17 e 18) aponta que as sociedades da modernidade tardia "são atravessadas por

⁵ "As sociedades modernas são (...) sociedades de mudança constante, rápida e permanente" (HALL, 2011, p. 15).

diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes ‘posições de sujeito’ – isto é, identidades – para os indivíduos”. Em outras palavras, as identidades já não são mais tão fixas e claras, surgindo novas identidades e fragmentando o indivíduo.

Nesse aspecto, o pensamento do Hall se aproxima do conceito de interseccionalidade, ou seja, do feminismo interseccional, que é um dos traços identitários da comunidade digital Blogueiras Negras.

O que é feminismo interseccional?

Em 1991, a acadêmica estadunidense Kimberlé Crenshaw elaborou o conceito de “interseccionalidade”, em seu artigo “Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color.

O conceito de intersecção: trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo e a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Embora Crenshaw tenha formulado a ideia de “interseccionalidade”, as ativistas e as intelectuais negras estadunidenses e brasileiras, como June Jordan, Audre Lorde, Angela Davis, bell hooks, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Luiza Bairros, já formulavam discursos e estratégias políticas, que articulava

as opressões – racismo, sexismo e exploração de classe – que estruturavam (e ainda estruturam) as condições de vidas das mulheres negras (COLLINS; BILGE, 2017).

Collins e Bilge (2017) argumentam que o conceito de interseccionalidade é uma importante ferramenta para identificar e corrigir problemas causados pela articulação de opressões. É possível, por exemplo, utilizá-la para refletir sobre como após quase dez anos da Lei Maria da Penha (11.340 de 2006)⁶, de acordo com o Mapa da Violência de 2015⁷, no período de 2003 e 2013, a taxa de homicídio de mulheres brancas (18-30 anos) diminuiu de 3,6 para 3,2 em 100 mil, entretanto houve crescimento da taxa das mulheres negras (18-30 anos) de 4,5 para 5,4 por 100 mil. Para assim, discutir políticas públicas, que atendam às necessidades específicas dos grupos oprimidos, como as afro-brasileiras, por exemplo.

Como surgiu o Movimento de Mulheres Negras no Brasil?

Entre o fim da década de 1970 e começo de 1980, as intelectuais negras - Lélia Gonzalez, Luiza Bairros, Sueli Carneiro, Beatriz Nascimento, entre outras – reuniram-se e começaram a formular estratégias

⁶ Disponível em <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/95552/lei-maria-da-penha-lei-11340-06>> Acesso em: 10 jan. 2018.

⁷ E-book Mulheres Negras e Violência Doméstica. <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/e-BOOK-MULHERES-NEGRAS-e-VIOL%C3%8ANCIA-DOM%C3%89STICA-decodificando-os-n%C3%BAmeros-isbn.pdf>> Acesso em: 10 jun. 2016.

discursivas e projetos políticos para combater o racismo, o sexismo e a exploração de classe, a partir da consciência que o movimento negro não discutia questões relacionadas às dominações de gênero e as feministas não debatiam sobre racismo (RIOS, 2017).

A consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em solidariedade racial intragênero conduziu as mulheres negras a enfrentar, no interior do próprio movimento feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres, particularmente negras e brancas no Brasil. O mesmo se pode dizer em relação à solidariedade de gênero intragrupo racial que conduziu as mulheres negras a exigirem que a dimensão de gênero se instituisse como elementos estruturante das desigualdades raciais na agenda dos Movimentos Negros Brasileiros (CARNEIRO, 2003, p. 120)

Entretanto, é preciso destacar a expressão utilizada pelo movimento de mulheres negras brasileiras - ou movimento feminista negro/interseccional - "as nossas lutas vêm de longe"⁸. Nesse sentido, a organização das mulheres negras começou ainda durante a longa e difícil travessia entre a África o Brasil, como aponta Werneck (2018)⁹:

As mulheres negras não começaram a fazer política na década de 1980 (...), se eu pensar nas condições que as travessias do transatlântico eram feitas, sobreviver

era um empreendimento coletivo, organizativo. As mulheres negras estavam lá. Chegar aqui, numa terra que não tinha nome na língua dessas pessoas. Tiveram que dar nome a esse lugar, criar território, refazer cultura, refazer história, inclusive alimentação, religião. Desnecessário sublinhar que tinha que ter organização, ação política e articulação. Eu aprendi com a Helena Theodoro que tudo o que a gente chama de comunidade negra, no Brasil, foi construído em torno das mulheres negras.

Embora reconheça as vitórias obtidas pelo movimento de mulheres no Brasil, no fim da década de 1980, com cerca de 80% das propostas contempladas na Constituição de 1988, assim como o fato do movimento estar diretamente conectado com os interesses e as lutas populares e pela democracia, Carneiro aponta, entretanto, que:

o feminismo esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. A consequência disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e as desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica. Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade (CARNEIRO, 2003, p. 118).

Bairros (1995) argumenta que a categoria mulher é relevante para refletir sobre a construção social de gênero e para a luta coletiva das mulheres. No entanto, para a autora, parte do feminismo branco burguês utiliza o termo para universalizar a experiência da mulher, independente das intersecções de outras opressões, como a raça, a classe

⁸ Frase dita pela Jurema Werneck (CARNEIRO, 2011).

⁹ Durante a palestra "Feminismo da década de 1980", no evento comemorativo do Geledés Instituto da Mulher Negra, em 05/04/2017.

social, a orientação sexual, a regionalidade, entre outras. “Enquanto as feministas brancas “foram à luta” para entrar no mercado de trabalho, há mais de 500 anos se explorava a mão de obra das mulheres negras (...) construção de um feminismo negro incluem saúde, violência e moradia” (LEMOS, 2006, p. 65).

Desse modo, Gonzalez (1988) analisa a necessidade de um feminismo multirracial e pluricultural na América Latina. Portanto, a autora enfatiza as características interseccionais da experiência de vida das mulheres da região, as “ameríndias” e as “amefricanas”, ou seja, as mulheres com origens indígenas e africanas.

Trata-se de uma discriminação em dobro para com as mulheres não-brancas da região: as amefricanas e as ameríndias. O duplo caráter da sua condição biológica – racial e sexual – faz com que elas sejam as mulheres mais oprimidas e exploradas de uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente. Justamente porque este sistema transforma as diferenças em desigualdades, a discriminação que elas sofrem assume um caráter triplo, dada sua posição de classe, ameríndias e amefricanas fazem parte, na sua grande maioria, do proletariado afrolatinoamericano (GONZALEZ, 1988, p. 17)

Qual é a mulher negra que o feminismo negro é porta-voz? A categoria mulher negra abarca todas as mulheres negras? Lemos (2006, p. 67) analisa as pluralidades (e as subjetividades) das mulheres negras, citando as mulheres negras lésbicas “Essa diversidade exigiu que o feminismo negro apreendesse maneiras de trabalhar com a sua pluralidade interna”.

Contradições das identidades das mulheres negras

Embora a população brasileira seja miscigenada, percebemos que a mistura não produziu uma sociedade com igualdade social entre brancos e negros. Isso porque, segundo Carneiro (2011, p. 66), “a miscigenação vem dando suporte ao mito da democracia racial, na medida em que o intercuro sexual entre brancos, indígenas e negros seria o principal indicativo de nossa tolerância racial, argumento que omite o estupro colonial praticado pelo colonizador entre mulheres negras e indígenas”. Nascimento (2016) e Carneiro (2003) reforçam ainda que o processo de miscigenação também se constitui como genocídio, ou melhor, o desejo em branquear a população brasileira.

Ademais, Carneiro (2011, p. 67) que a miscigenação também contribuiu para a diferenciação entre a população afro-brasileira, a partir da “instituição de uma hierarquia cromática e de fenótipos que têm na base o negro retinto e no topo o ‘branco da terra’, oferecendo benefício simbólico de estar mais próximos do ideal de humano, o branco”. Dessa forma, colaborou para fragmentar as identidades negras, como catalisadoras para reivindicações coletivas de políticas públicas para equidade racial no país.

Nascimento (2016, p. 66) aponta que “canções, danças, comidas, religiões, linguagem, de origem africana, presentes como integral da cultura brasileira, seriam comprovantes da ausência de preconceito e discriminação racial dos brasileiros ‘brancos’”. Em outras palavras,

a sobrevivência das culturas africanas contribuiu para legitimar o mito da democracia racial. Contudo, o autor ressalta que os traços das culturas africanas sobreviveram em condição marginal, ou seja, infiltrada na cultura brasileira.

Gomes (2005, p. 57) argumenta que, como corrente ideológica, o “mito da democracia racial atua como um campo fértil para a perpetuação de estereótipos sobre os negros, negando o racismo no Brasil, mas, simultaneamente, reforçando as discriminações e desigualdades raciais”. A negação do racismo – o silêncio – dificultou a tomada de consciência e a construção de uma identidade negra positiva (MUNANGA, 1996).

A identidade negra, segundo Gomes (2005), é uma construção social, cultural e plural, além de ser um ato político. Nesse sentido, Gomes (2010, p. 454) afirma que “uma identidade capaz de ser múltipla e plural e, ao mesmo tempo politicamente unificadora de sujeitos cujas vidas, histórias e pertencimento foram e ainda são violentamente marcados pelo racismo”. No caso das mulheres negras, inter cruzadas também pelo sexismo e outras opressões. Por isso, consideramos que há várias formas de “ser mulher negra” e não apenas uma categoria que englobe todas as mulheres negras.

Munanga (1996) explica que o caminho para o fortalecimento das identidades negras (mulheres ou homens) é uma tarefa complexa, que passa pela valorização da cor da pele, do conhecimento da história, da religião e da visão de mundo africana, assim como o resgate da história da(o) negra(o) na sociedade brasileira – na arte, na música, na contribuição para

a economia. “A questão fundamental é esse processo de tomada de consciência da nossa contribuição, do valor da nossa cultura, da nossa visão do mundo, do nosso ‘ser’ como seres humanos; e valorizar e utilizar isso como arma de luta para mobilização” (MUNANGA, 1996, p. 225).

Dessa forma, é a partir da construção da identidade que as mulheres negras podem reafirmar sua diferença e reivindicar a sua autonomia (GOMES, 2005). “Pois o que reativa hoje as identidades como motor de luta é a inseparável demanda de reconhecimento e sentido (...) a identidade é hoje a força mais capaz de introduzir contradição a hegemonia” (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 24).

Construção das identidades das mulheres negras

Feministas interseccionais, as criadoras do site Blogueiras Negras, Larissa Santiago, Charô Nunes e Maria Rita Casagrande, conheceram-se no “Blogueiras Feministas”, fórum de discussão do *google group*, sobre feminismos em geral. Na época, cada uma delas tinha seu próprio blog. Maria Rita Casagrande, por exemplo, era autora do True Love, que é um blog de cultura lésbica e bissexual. Charô Nunes tinha um blog que falava sobre amor livre e questões sobre cultura e identidade. Já Larissa Santiago escrevia um blog de poesias. Contudo, as “Blogueiras Feministas” raramente traziam para a discussão raça, ou seja, a articulação entre raça e gênero.

No fim de 2012, entre os dias 20 e 25 de novembro, Nunes, Santiago e Casagrande promoveram a “Blogagem Coletiva de Mulher Negra”, a fim de incentivar as mulheres negras a produzir textos, interseccionando as opressões raça e gênero, para celebrar duas datas: 20 de novembro, dia da Consciência Negra (morte de Zumbi dos Palmares), e dia 25 de novembro, dia de combate a violência contra a mulher. Com isso, foi criado um blog, na plataforma *wordpress* com o domínio Blogagem Coletiva de Mulher Negra, para publicar os textos. O projeto revelou que existia um grupo de mulheres negras – blogueiras – que produzia muitos textos. Em maio de 2013, nasce o site Blogueiras Negras, ainda na plataforma *wordpress*, que depois transformou-se no domínio: www.blogueirasnegras.org.br.

Coordenado pela Charô Nunes e Larissa Santiago, o Blogueiras Negras é uma comunidade digital colaborativa, com cerca de 200 autoras (mulheres negras), que se apropriam da escrita e das TICs para a luta contra o racismo, o machismo, a exploração de classe, a LGBTfobia, entre outras opressões que podem acometer a vida da mulher negra.

Nossa missão é promover a livre produção de conteúdo, partindo do princípio de que às mulheres negras sempre lhes foi negado lugares e discursos. Queremos dar visibilidade aos nossos assuntos e nos tornarmos protagonistas de nossas lutas e vidas. Nossa missão também é (re)significar o universo feminino afrocentrado através da gravação de nossas histórias, teorias e sentimentos. A produção escrita é a principal forma em que nós construímos a

nossa própria identidade como mulheres negras de ascendência africana. Mulheres, caneta e teclado para reinventar a tela e amplificar nossas vozes e nossas vidas, produzindo informação para fazer a cabeça. Produzir e publicar conteúdos com diversas linguagens e nos mais variados suportes: blog, vídeos, livros, áudios, visando sempre visibilizar e difundir o conteúdo produzido por mulheres negras, conteúdos esses de diversos gêneros literários e temas, desde que tenham cunho feminista, antirracista e se posicionem contra as principais opressões que assolam nossas mulheres e homens negros. Promover e celebrar a cultura afrodescendente através da mídia negra, usando como instrumentos as bases midialivristas e democráticas de comunicação, buscando sempre o diálogo com a sociedade, sempre deixando nossos espaços abertos a interação, contribuindo com a comunidade na troca de informação.¹⁰

Com a pré-análise, considera-se o corpus da pesquisa os textos publicados nas “Blogueiras Negras”, entre março de 2013 a dezembro de 2014. Nesse período, foram postados 492 textos. Entretanto, 17 deles não foram originalmente publicados no BN. Dessa forma, opta-se por descartá-los da pesquisa. Por isso, a seleção dos documentos para a análise é composta de 475 publicações.

Com o objetivo de investigar a construção coletiva da identidade das mulheres

¹⁰ Retirado do Quem Somos do Blogueiras Negras. Disponível em <<http://www.blogueirasnegras.org/quem-somos/>> Acesso em 20 jan. 2018.

negras no BN, classificam-se os documentos de acordo com a frequência que um tema aparece nos textos. As quatro categorias foram definidas a partir do levantamento bibliográfico realizado neste artigo (Identidade das mulheres negras e Contradições das identidades das mulheres negras), além da percepção dos temas mais constantes relacionados às identidades das mulheres negras no BN.

[Quadro 1]
Tabela com Frequência de Palavras

Categoria	Frequência	Palavras
Feminismo interseccional	45	feminismo, feminismo interseccional, feminismo negro, machismo
Identidade racial	102	descoberta da identidade negra, cabelo, negritude, racismo, embraquecimento
Cultura / História	27	cultura africana, história, religiões de matriz africana, literatura negra
Mito da democracia racial	5	Mito da democracia racial, branquitude, miscigenação

A identidade racial e de gênero são construções sociais. No que se refere a construção de uma identidade negra positiva, como afirma Gomes (2005), é uma trajetória árdua, que inclui alguns processos, como a aceitação da cor da pele, do cabelo, além do conhecimento da história, da literatura e da cultura produzida pelas (os) negras (os) africanas (os) e afro-brasileiras (os), segundo Munanga (1996).

Nesse sentido, alguns textos do BN analisam a Lei 10.639. Embora ela já exista desde 2003, ainda não é totalmente aplicada na rede ensino brasileira. As discussões sobre a cultura e a história afro-brasileira ficam restritas ao dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra.

Compreende-se, a partir da interpretação dos dados das análises dos textos do BN, que as colaboradoras do blog relatam a sua descoberta da identidade racial, cada uma tem um processo diferente. Entretanto, apesar das subjetividades, nota-se trajetórias parecidas, como a aceitação do cabelo natural e as narrativas das dores impostas pelo processo químico de alisamento dos cabelos.

A identidade negra é um ato político. O BN também traz reflexões sobre a história oficial brasileira. Dessa forma, percebe-se que os textos refletem e questionam, por exemplo, o 13 de maio, dia da Abolição da Escravatura, concebendo como dia oficial da população negra do Brasil o dia 20 de novembro.

Já ao que se refere ao feminismo interseccional, nota-se que os textos trazem reflexões sobre a produção acadêmica de mulheres negras feministas brasileiras e estrangeiras, como Lélia Gonzalez, Angela Davis, bell hooks, Sueli Carneiro, Audre Lorde, entre outras.

Sendo assim, considera-se que a construção das identidades das mulheres negras no BN é plural e articula as opressões (racismo, sexismo, exploração de classe). Entretanto, a identidade racial é um dos elos principais na comunidade digital.

Considerações finais

As TICs transformaram vários aspectos da vida social dos indivíduos nas últimas décadas. Porém, as mudanças mais relevantes neste trabalho são as relacionadas às identidades culturais e às formas de organização, mobilização social e disseminação de informação – conteúdo simbólico.

Neste sentido, as novas tecnologias têm sido apropriadas (uso) pelas classes subalternas, entre elas as mulheres negras, como tática para a resistência e emancipação. Proliferam-se na internet blogs, sites e redes sociais digitais criadas pelas mulheres negras como o Blogueiras Negras.

Dessa forma, as colaboradoras do blog “Blogueiras Negras” utilizam a escrita como ferramenta para a construção coletiva das identidades das mulheres negras, que são plurais e articulam as opressões sofridas pelo grupo, como o racismo, o sexismo e a exploração de raça.

Com a análise de conteúdo realizada nos textos 475 textos, referentes ao período de março de 2013 a dezembro de 2014, compreende-se que as identidades das mulheres negras (no BN) articulam-se, principalmente, nas categorias definidas como, Identidade Racial e Feminismo Interseccional.

Na categoria “Identidade Racial”, encontram-se textos sobre a descoberta da identidade racial, racismo, aceitação do cabelo afro, além da celebração da cultura e da história afro-brasileira.

Nota-se na categoria “Feminismo Interseccional” que a colaboradoras

analisam, principalmente, a produção acadêmica das feministas e atividades negras do movimento feminista.

Por fim, considera-se que, embora aja uma articulação feminista interseccional efetiva, as discussões sobre raça e a construção da identidade positiva e plural das mulheres negras despertam muito interesse das colaboradoras das Blogueiras Negras. ■

[THAIS PEREIRA DA SILVA]

Formada em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo e especialista em Mídia, Informação e Cultura pelo Celacc. Mestranda em Ciência da Informação pela ECA/USP e sua pesquisa reflete sobre a apropriação das TICs pelas mulheres negras e feminismo interseccional.
E-mail: thaispsilva@usp.br

Referências

ALMEIDA, Marco Antônio de. Mediação e mediadores nos fluxos tecnoculturais contemporâneos. **Informação & Informação**, v. 19, n. 2, p. 191-214, out. 2014. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/20000>> Acesso em: 15 jun. 2016.

BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. In: **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, 1995. Disponível em < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16462>> Acesso em: 15 out. 2017.

BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo. Vol.2. **A Experiência vivida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

bell hooks. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. In **Rev. Bras. Ciênc. Polít.** 2015, n.16 pp. 193-210 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000200193&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 10 ago. 2016

_____. Ensinando a transgredir. **A educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

_____. Intelectuais Negras. In: **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995. Disponível em < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465/15035>> Acesso em: 10 jan. 2018.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Memória e Sociedade, 1989.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, dez. 2003. ISSN 1806-9592. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948/11520>> Acesso em: 10 ago. 2016.

_____. **RACISMO, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CRENSHAW, Kimberlé. "Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. In: **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n.1, 2002.

_____. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, 1991. p. 1.241-99. Disponível em < <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/mapping-the-margins-intersectionality-identity-politics-and-violence-against-women-of-color-kimberle-crenshaw1.pdf> > Acesso em: 15 dez. 2017.

FANON, Frantz. **Pele Negras. Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Diferentes, Desiguais e Desconectados. Mapas da interculturalidade**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2015.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. Cientificamente favelados: uma visão crítica do conhecimento a partir da epistemografia. **TransInformação**, Campinas, v.18, n2, p.103-112, mai/ago. 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: **BRASIL. Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03**. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005. P. 39 - 62.

_____. Intelectuais negros e produção do conhecimento: Algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, B.S; MENESES, MP. In: **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Editora Almedina, 2010.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. **Ciências Sociais Hoje**, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1983.

_____. Por um Feminismo Afro-latinoamericano. In: **Revista Isis Internacional**, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988.

_____. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, nº. 92/93 (jan./jun.), p. 69-82, 1988.

_____. E HASENBALG, Carlos. **O Lugar do Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

HALL, Stuart. **Da Diáspora. Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Humanitas, 2003.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

_____. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Editora Puc Rio, 2016.

_____. A centralidade da cultura: nota sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v, nº 2, jul/dez. 1997.

IKEDA, Ana Akemi; CHANG, Sandra Rodrigues da Silva. Análise de Conteúdo – Uma Experiência de Aplicação na Pesquisa em Comunicação Social. In: **Comunicação e Inovação**. São Caetano, n 6, v 11, 2005.

LEMOS, Rosália de Oliveira. A face negra do feminismo: problemas e perspectivas. In: WERNECK, J.; MENDONÇA, M.; WHITE, E. **O livro saúde das mulheres negras. Nossos passos vêm de longe**. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2006

MARTEL, Frédéric. Smart. **O que você não sabe sobre a internet**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2015.

MARTÍN BARBERO, Jesús. Diversidade em convergência. In **Revista Matrizes**. São Paulo, VS, Nº 2, jul/dez, 2014. Disponível em < <http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/viewFile/90445/93215>> Acesso em: 20 jun.2016

MUNANGA, Kabengele. As facetas de um racismo silenciado. In: **Raça e Diversidade**. São Paulo: Edusp/Estação, 1996.

_____. **Origens africanas do Brasil contemporâneo**. Histórias, Línguas, Cultura e Civilizações. São Paulo: Global, 2009.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro. Processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

NBEMBE, Achille. **A razão crítica negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

PASSANI, Enio; ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Campo Cultural. In: **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIOS, Flávia. A cidadania imaginada pelas mulheres afro-brasileiras: da ditadura militar à democracia. In: **50 anos de Feminismo. Argentina, Brasil e Chile**. São Paulo: Edusp, 2017.

SANTIAGO, Larissa. Entrevista concedida à Thais Pereira da Silva. São Paulo, 17 out. 2017.

SANTOS, Boaventura Sousa. Por uma concepção multicultural dos direitos humanos. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra, n.48, jun. 1997.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro. Record, 2007.

VALENTIM, Marta Ligia Pomim. Análise de Conteúdo. In: VALENTIM, Marta Ligia Pomim (Org). **Métodos Qualitativos de Pesquisa em Ciência da Informação**. São Paulo: Polis, 2005.